



Nota de Abertura

Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso

Porque estamos em dezembro, poderíamos invocar o espírito do Natal e tudo aquilo que assumimos como a génese da boa vontade.

Importa, contudo, lembrar que as civilizações celebravam já há muitos milhares de anos, o fim da noite mais longa do ano e, a partir daí, o aparecimento do sol e a permanência de cada vez mais tempo deste astro no céu. Natal é sinónimo de nascimento e renovação.

Era tempo de fazer oferendas, de comemorar a luz e a prosperidade associada ao bem comum, por um tempo que adivinhava a fertilidade das culturas e o fim das privações.

Este espírito, que, mais tarde, ganha importância para os cristãos, tem na sua origem a partilha, a união de todos por um bem comum, que se comemorava, e permanecia, porque os solstícios marcavam os calendários.

E é, por isso, que faz sentido neste mês lembrar todos que fazem de Portugal um país maior, num espírito que sempre une e nunca separa e, por isso falamos de inclusão.

Para a educação, a inclusão é um caminho, mas sempre um compromisso.

Portugal tem vindo a realizar um caminho de progresso na qualidade da Educação, com particular destaque para as questões de Inclusão e Equidade. Estas políticas receberam, em 2017, um forte impulso, com a publicação do documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, documento amplamente discutido e que se constitui como o referencial nacional para a escolaridade de 12 anos em Portugal. Seguiu-se, em 2018, a publicação das novas leis para o Currículo e para a Educação Inclusiva e também um trabalho intenso em torno da promoção da Cidadania. De acordo com um recente estudo da OCDE¹, de março de 2022, que avaliou a implementação do regime jurídico da educação inclusiva em Portugal, foi considerado que o nosso país tem realizado um percurso continuado na construção de uma escola cada vez mais inclusiva, através de um conjunto de medidas de política educativa que tem mostrado resultados positivos a vários níveis, destacando-se a forte redução do abandono escolar precoce, que, no final de 2021, registou uma taxa de 5,9%.

¹OECD (2022). *Review of Inclusive Education in Portugal*, Reviews of National Policies for Education, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>

Apesar destes resultados, o caminho não termina e queremos mais, queremos uma escola onde todos possam explorar e atingir o seu potencial ao máximo e a inclusão seja uma realidade. Os de nós por alguns tidos como diferentes, porque falam uma outra língua, porque têm uma cultura distinta ou porque a vida os tornou diversos, não podem não pertencer. A riqueza está nesta diferença, nesta oportunidade de sermos melhores e ficarmos a saber mais. Queremos formar cidadãos com princípios, valores, que assumam os direitos humanos como a sua casa e o respeito pelo outro como o seu espaço de ação.

Não podemos impor o certo ou o errado, porque na educação precisamos de levar todos a aceitar e a aceitar-se na diferença, nos encontros com cada um e com todos.

Se assim for, cumpriremos o desígnio da educação, a razão de ser de cada comunidade educativa no respeito por todos no cumprimento do verdadeiro espírito de Natal, que não existe por ser dezembro, mas que acontece porque o sol brilhará mais em cada céu e todos poderemos vê-lo de igual forma, sem depender da origem, do credo, das nossas opções ou do espaço de onde vimos.

Garantir que todos os alunos, independentemente das suas retaguardas e dos seus contextos, realizam aprendizagens de qualidade e significativas, implica, entre outros aspetos, ter docentes e lideranças nas escolas tão bem preparados quanto possível, reconhecendo e sabendo fazer do currículo um espaço de inclusão e de promoção da equidade.

A Direção da DGE